

jornal

MARÇO 2026

Federação Nacional da Educação



FÓRUM

REVISÃO DO
ESTATUTO

DA CARREIRA DOCENTE

Valorização, desenvolvimento profissional
e reconhecimento do trabalho docente



WWW.FNE.PT

SPZn

SPZC
SINDICATO DOS PROFESSORES
DO ZONA CENTRO

SPZL
LIBRÁRIA

SPZS
SUL

SPZPA
PROFESSORES DOS AÇORES

SPZM
MADEIRA

SPZP

SPZT

SPZV

SPZE

SPZF

ÍNDICE



3 - 4

EDITORIAL

58 - 61

PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO

5 - 48

AÇÃO SINDICAL

62 - 71

INTERNACIONAL

49 - 54

ENSINO PRIVADO E SOCIAL

72 - 73

SAÚDE

55 - 57

TEM A PALAVRA



FICHA TÉCNICA | MARÇO 2026

Proprietário
Federação Nacional da Educação

Diretor
Pedro Barreiros

Produção de conteúdos
Joaquim Santos e Tiago Soares

Secretariado
Adosinda Leitão e Cristina Maia

Tesoureiro
Mário Jorge

Redação
Rua Pereira Reis, 399
4200-448 Porto
tel. 225 073 880
www.fne.pt | secretariado@fne.pt

Produção gráfica e paginação
Rafael Marques

Sindicatos membros

- Sindicato dos Professores da Zona Norte
- Sindicato dos Professores da Zona Centro
- Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo
- Sindicato Democrático dos Professores do Sul
- Sindicato Democrático dos Professores dos Açores
- Sindicato Democrático dos Professores da Madeira
- Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas
- Sindicato dos Trabalhadores de Apoio Educativo/Pessoal Não Docente da Zona Norte
- Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro
- Sindicato dos Trabalhadores de Apoio Educativo e Social do Sul e Regiões Autónomas

MEMBROS



FILIAÇÃO



EDITORIAL



O problema que o MECI insiste em ignorar

A escola pública portuguesa sobrevive hoje graças ao brio e à resiliência de uma classe docente que, embora esteja entre as mais qualificadas da Europa, continua a ser uma das mais fustigadas por políticas de desinvestimento e desvalorização.

Os dados mais recentes são um grito de alerta: entre 2009 e 2023, os professores perderam 23% do seu poder de compra real, situando-se agora em níveis salariais abaixo da média da OCDE e da União Europeia.

É uma contradição gritante. Somos vistos na Europa como profissionais muito experientes e altamente qualificados, no que se refere à formação de base exigida, mas também na elevada formação contínua que é exigida ao longo da carreira.

No entanto, estas qualificações não têm correspondência na sua valorização.

Ao contrário de muitos países da Europa, em Portugal o docente é condenado a uma "maratona" de 34 anos para atingir o topo da carreira, marcada por uma progressão lenta e burocratizada.

Durante décadas, a precariedade tornou-se a porta de entrada da profissão. O recurso sistemático a contratos temporários não só compromete a estabilidade de vida dos professores mais jovens, como fragiliza o próprio sistema educativo.

Como podemos atrair jovens para a profissão e manter os professores que estão no sistema quando o horizonte oferecido é de instabilidade e baixos salários a longo prazo?!

O que o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) precisa de entender para resolver o grave problema da falta de docentes?

O MECI reconhece a necessidade de aumentar os níveis de entrada. É um passo, mas está longe de ser a solução. Salários iniciais atrativos apenas "chamam" os jovens; aumentos significativos ao longo de toda a carreira é que os mantêm. Sem uma valorização real e transversal, continuaremos a assistir ao envelhecimento imparável da classe e ao aumento dos níveis de stress e insatisfação.

A urgência é clara:

- **Rejuvenescer a classe através de condições dignas de trabalho;**
- **Desburocratizar a escola para que o foco volte a ser o ensino;**
- **Reconhecer o papel social e institucional dos docentes, reforçando a sua autoridade;**
- **Valorizar os salários de forma imediata e justa.**

Não se trata de uma reivindicação corporativa. Trata-se de garantir o futuro da Educação no nosso país. Um país que não valoriza quem ensina hipoteca o futuro de quem aprende.



JOSEFA LOPES

Presidente do SDP Sul
Vice-Secretária-Geral da FNE

Federação Nacional da Educação

FÓRUM



REVISÃO DO
ESTATUTO

DA CARREIRA DOCENTE

Valorização, desenvolvimento profissional
e reconhecimento do trabalho docente



20 MAR 2026



10H00 - 17H00



**AUDITÓRIO SPZN
PORTO**



EDIÇÃO 2026

“VALORIZAR A CARREIRA É INVESTIR NA EDUCAÇÃO.”

FNE como farol para se alcançar a valorização da carreira docente

A Federação Nacional da Educação (FNE) promoveu a 20 de março de 2026, num Auditório do SPZN, no Porto, completamente esgotado, a edição 2026 do Fórum FNE e que decorreu sob o lema "Valorizar a carreira é investir na Educação".



A sessão de abertura esteve a cargo de Pedro Barreiros, Secretário-Geral da FNE e da Vereadora do Pelouro da Educação e do Pelouro do Talento e Conhecimento da CM Porto, Dra. Matilde Gouveia Rocha, com o líder da FNE a realçar que a presença da Vereadora da Edilidade Invicta "é um sinal claro da importância de reforçarmos pontes entre as diferentes instituições, num trabalho conjunto que permita responder melhor aos desafios da educação, valorizar as nossas escolas e apoiar os seus profissionais". Já relativamente ao tema desta ação, Pedro Barreiros assumiu que "a revisão do Estatuto da Carreira Docente assume-se como uma prioridade incontornável. Não estamos apenas a falar de um instrumento legal.

Estamos a falar da valorização da profissão docente, do reconhecimento do seu papel central na sociedade e da necessidade de garantir condições dignas de exercício profissional" acrescentando que "ao longo dos últimos anos, foram-se acumulando constrangimentos, bloqueios e injustiças na carreira docente, com impactos evidentes na atratividade da profissão, na motivação dos docentes e na qualidade da Educação. Este é um problema que já não pode ser adiado nem tratado com medidas avulsas". E por isso, como Pedro Barreiros afirmou "a FNE quer ser o farol que contribui para a mudança e que permitirá uma melhoria da carreira docente".

Matilde Gouveia Rocha, que partilhou ser professora de formação e ter muito orgulho em ainda se sentir como tal - "serei sempre professora" - disse, sublinhou que "a situação dos docentes preocupa-me bastante. Esperamos que o grupo de trabalho que foi criado na Assembleia da República consiga alcançar pontos relevantes para o processo de revisão do ECD", dizendo também que "a pouca formação de professores, a juntar às aposentações e aos ordenados, 17% mais baixos, segundo a OCDE, do que o resto da Europa, não promovem a valorização da profissão. E não falamos apenas do salário em dinheiro, falamos também do salário emocional, a tal não valorização, a carga e pressão que se sente nas escolas, a falta de tempo, a burocracia" assumindo que este Fórum seria uma "oportunidade para se apresentar soluções que evitem o abismo para onde o ensino caminha, obrigando o governo a ter mais noção disso. É preciso recuperar a classe docente a nível nacional".



CORRIGIR A QUESTÃO DAS ULTRAPASSAGENS É URGENTE



Em seguida aconteceu o "Painel I – O Estatuto da Carreira Docente: ponto de situação" que ofereceu em primeiro lugar a análise do Secretário-Geral Adjunto da FNE, Paulo Fernandes que começou por lembrar "que valorização não é só o salário, mas também as condições de trabalho que são dadas aos professores". Depois, entrando mais na questão das negociações que decorrem entre Sindicatos e tutela, Paulo Fernandes reforçou que "corrigir a situação das ultrapassagens é urgente. Mas não queremos soluções que levem a novas ultrapassagens, queremos sim normas transitórias novas no ECD que evitem isso". Falando sobre o impacto do ECD na carreira dos docentes "o Estatuto é fundamental e por isso se no final tivermos um ECD que valorize os professores, o impacto será positivo para agora e para o futuro porque queremos atrair os novos mas também temos de valorizar os que cá estão. Temos de valorizar pelo estatuto remuneratório para se ter uma carreira que seja atrativa para quem queira seguir a profissão", centrando depois, a fechar, a atenção da plateia em propostas de estrutura de carreira que vão levar a um debate interno e a uma proposta final da FNE.

Pedro Brandão, Secretário Nacional da FNE, enfatizou o facto de o acordo de recuperação do tempo de serviço congelado alcançado pela FNE em maio de 2024, ter sido "o facto mais relevante em termos de desenvolvimento de carreira recentemente", somando depois alguns pontos que esse desenvolvimento de carreira teve ao longo dos últimos anos tais como "a prova de conhecimento e capacidade que era necessária para aceder à profissão e que deu azo a muita luta para ser anulada, assim como a questão dos escalões e transições, com a recuperação do tempo de serviço a revolucionar a carreira estagnada com que estávamos há mais de uma década". Quanto a desafios, Pedro Brandão afirmou que "com a negociação do ECD precisamos melhorar a estrutura da carreira, tópico que será certamente, dos mais 'quentes' desta negociação, mas não basta isso precisamos melhorar pontos como o que é considerado componente letiva e não letiva, a questão salarial e as condições de trabalho".





Manuel Teodósio, Vice-Secretário-Geral da FNE fechou o primeiro espaço de apresentações, fazendo um ponto de situação das negociações "ao nível político-sindical" e enquadrando quais os temas já fechados e aqueles que vão a negociação em seguida. "Primeiro aspeto a termos noção é que esta negociação tem uma particularidade que é o facto de demorar muitos meses e quando se está a tratar de determinado assunto, as pessoas querem respostas mais rápidas a outros. Mas não vamos ter rapidamente a todas e isso dá azo a fantasmas, esqueletos, fake news, mas nós estamos preparados". O Vice SG da FNE lembrou ainda o episódio primário das negociações em que que o MECI pretendia que o ECD "fosse inicialmente uma lei e foi a FNE que 'bateu o pé' e porquê? A lei é aprovada e discutida na Assembleia da República, mas esta é uma negociação para ser feita pelos sindicatos e por isso no âmbito de um decreto-lei evitando que se esvaziasse o diálogo social". Manuel Teodósio acrescentou ainda que "felizmente há muitas mentiras que andavam por aí a ser ditas e que não vão acontecer tais como que os docentes iam deixar de ser funcionários públicos, que iam passar para a carreira geral da função pública, que seríamos avaliados pelo SIADAP, mas nada disso se confirmou".



Depois aconteceu um espaço de debate, moderado por Maria João Cardoso, Vice-Presidente da mesa do Congresso e do Conselho Geral da FNE que antecedeu o primeiro período de intervalo e que possibilitou diversas intervenções realizadas por docentes dos vários níveis de ensino, que apresentaram ideias e sugestões.



A INDISCIPLINA COMO PROBLEMA SILENCIOSO



O "Painel II – Desenvolvimento profissional e valorização da carreira", abriu com Rui Cardoso, Diretor Escolar há quatro anos, a defender a ideia de que "precisamos de um pacto para a educação para os próximos 20 anos". Depois de uma pequena apresentação, Rui Cardoso disse que "o que aprendi sobre concursos, escalões e outros pontos já aqui muito referidos, é que são problemas complexos e com décadas, não são novos, mas não são impossíveis de resolver. São, isso sim, permanentemente ignorados pelas tutelas". Para este Diretor de Escola "a avaliação é o nó que prende isto tudo e por isso defendo que deve ser reformulada a partir de princípios como a colaboração entre pares, a autoavaliação e a melhoria contínua. A avaliação tem ainda que ser claramente desvinculada da progressão, porque enquanto servir para bloquear progressões não serve para avaliar, serve para controlar", alertou.

Já Alberto Veronesi, também Diretor Escolar, apontou as baterias da sua apresentação "para o problema silencioso que é a indisciplina nas escolas". Disse Veronesi que "aqueles que chegam às escolas agora para dar aulas, não estão capacitados, nem suportam o ambiente que vão encontrar. Um em cada três professores, segundo dados da OCDE, queixam-se da indisciplina dos alunos. E isso é um dos fatores que provoca a fuga de talentos", complementando com a ideia de que "o estatuto do aluno é um obstáculo neste momento. O professor é empurrado para aguentar o caos que vivemos em muitas salas de aula". Alberto Veronesi lembrou também que é "necessário valorizar para não colapsar", é necessário "desburocratizar grande parte do sistema, pois a burocracia tem um peso que é inútil e excessivo" e defendeu ainda, a fechar, a criação de "um Roteiro 2035 para a escola pública com várias propostas que contribuam para uma carreira com mais autoridade e valorizada".





Coube a Josefa Lopes, Vice-Secretária-Geral (VSG) da FNE, fechar este painel abrindo com o alerta para a necessidade premente "de se alcançar melhores salários de forma a aumentar a retenção na profissão docente". Na sua apresentação, Josefa Lopes realçou o facto de "os docentes portugueses serem dos mais habilitados da União Europeia, mas sem equiparação nos salários. Os docentes nacionais possuem habilitações de topo, formação contínua, mas têm visto desde 2009 até 2023 os salários terem uma perda acumulada de cerca de 23%, o que nos deixa muito abaixo da média da OCDE". E por isso, também a VSG da FNE partilha da opinião dos membros do seu painel de que "para se garantir maiores níveis de retenção na docência, é preciso ter melhores salários. Temos uma progressão lenta, apesar de muito qualificados e experientes", afirmando que "os caminhos para a valorização passam pelo rejuvenescimento da profissão, desburocratizar, estabilizar e valorizar a carreira".



Seguiu-se um período de debate com moderação de Artur Silva, Secretário Nacional da FNE que contou com mais intervenções - que somaram dezenas ao longo do dia - de uma plateia interessada em participar e em "oferecer" propostas sobre o tema deste Fórum.



A HISTÓRIA DO ECD CONFUNDE-SE COM A DA FNE



A "Sessão Final – Caminhos para a revisão do Estatuto", teve como oradores João Dias da Silva, Presidente da AFJET e José Ricardo, Secretário-Geral Adjunto da FNE, tendo ambos apresentado a luta histórica da FNE por um Estatuto de Carreira Docente que valorize e defenda a profissão docente, uma marca da Federação que como se constatou neste espaço, já vem muito de trás. José Ricardo fez uma resenha histórica do primeiro ECD, mostrando depois uma grelha comparativa entre os salários de carreira em 1989/90, a primeira estrutura de carreira, em que se verifica que "o 3º escalão, o valor que o licenciado recebe, transportado para os dias de hoje, valia 2020€ o que mostra que estamos a perder dinheiro no início da carreira. Em 2025, os 2 escalões de base dos licenciados, recebem 1841€, o que mostra que em 2026 provavelmente ainda estaremos a perder mais".



João Dias da Silva referiu que "o ECD é uma afirmação histórica, mas podemos verificar que a desvalorização dos professores está muito associada à alteração dos ciclos económicos, porque a valorização, nos anos 90 - de fulgor económico - contrasta com a desvalorização na primeira década do século 21 que culmina com a chegada troika a Portugal".

Valorização, desenvolvimento profissional e reconhecimento do trabalho docente

A RESPONSABILIDADE DA FNE NO VELHO E NOVO ESTATUTO

António Jorge Pinto, Vice-Secretário-Geral da FNE e Gabriel Constantino, Presidente da Mesa do Congresso e do Conselho Geral da FNE, tiveram a seu cargo o encerramento desta iniciativa fazendo um resumo deste dia "que foi um espaço de reflexão de onde se pode recolher contributos que podem acrescentar valor na negociação entre a FNE e o Ministério da Educação". António Jorge Pinto garantiu que "estaremos atentos e empenhados na negociação deste ECD, fazendo sempre o trabalho de casa, levando as nossas propostas para um ECD que inclua todos. Foram negociados até agora dois de sete temas e a FNE está preparada para construir um documento moderno e que dê respostas ao anseio dos professores. A falta de professores não é a causa da desvalorização, é sim, a consequência".





Gabriel Constantino fechou esta iniciativa relevando "que foi um excelente dia de trabalho. Saímos daqui mais prontos para ir às escolas. Este fórum aconteceu no momento oportuno. A FNE tem uma grande responsabilidade que começou a ser criada quando foi responsável pelo primeiro Estatuto e por toda a postura negocial que tem tido ao longo destas décadas". O ECD "começou por ser um sonho, muitas reuniões, muito ponderado e a FNE foi grande responsável por esse documento. Mas este é um momento diferente. De muita informação errada, mas no fim seremos nós a trabalhar para este novo estatuto".



"VALORIZAR A CARREIRA É INVESTIR NA EDUCAÇÃO."

Mais uma vez e tal como nas edições anteriores, o Fórum FNE 2026 afirma-se como um espaço privilegiado de reflexão e construção de propostas, num momento em que se impõe pensar a Escola e a Educação do futuro, garantindo melhores condições de trabalho e de valorização profissional para todos os que contribuem diariamente para o sucesso educativo.



**GALERIA
DE FOTOS**





SN e CG da FNE reuniram no Porto

O Conselho Geral da FNE reuniu na tarde de 21 de março de 2026, em modo híbrido (presencial no Auditório do SPZN no Porto e via ZOOM), numa reunião em que tal como no Secretariado Nacional realizado a 13 do mesmo mês, foi discutido e posteriormente aprovado o Relatório de Gestão – Atividades e Contas de 2025.

Pedro Barreiros, Secretário-Geral da FNE, fez, em ambas as ocasiões, um balanço atual do ano letivo assim como do processo de negociação do Estatuto da Carreira Docente (ECD) e perspetivas futuras do mesmo, tendo sido abordadas outras matérias sindicais e ações futuras a desenvolver pela FNE.

Valorização da Carreira Docente: Um Compromisso Inadiável

A Federação Nacional da Educação (FNE) tornou pública a sua posição num momento particularmente relevante para o futuro da Educação em Portugal, com a aproximação do início do terceiro tema de negociação da revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD), processo que foi assumido como devendo estar concluído ao longo de 2026, com vista à sua entrada em vigor em 2027.

Trata-se de um compromisso de elevada importância para o sistema educativo e para o país, que não pode falhar nem ser adiado. A urgência da sua concretização é hoje inequívoca e amplamente reconhecida. As dificuldades sentidas nas escolas, em particular a crescente escassez de professores, exigem respostas estruturais, consistentes e duradouras.

A falta de professores é hoje identificada como um dos principais desafios do sistema educativo. Contudo, importa afirmar com clareza que esta realidade não surgiu de forma inesperada. Resulta de um processo prolongado de desvalorização da profissão docente, ao nível das condições de carreira, do reconhecimento social e da valorização remuneratória.



Durante anos, os docentes enfrentaram congelamentos prolongados, progressões condicionadas, mecanismos de avaliação excessivamente burocráticos e penalizadores, perda de poder de compra e uma crescente imprevisibilidade profissional. Este conjunto de fatores gerou um desgaste profundo da profissão, tornando-a menos atrativa para os mais jovens e mais exigente para aqueles que nela permanecem, muitas vezes à custa de elevados níveis de desgaste físico e emocional.

Hoje, o sistema educativo enfrenta as consequências dessas opções. A dificuldade em atrair novos professores, a saída antecipada de muitos profissionais e os níveis crescentes de desmotivação são sinais claros de um problema estrutural que não se resolve com medidas avulsas.

Importa, contudo, reconhecer que a recuperação do tempo de serviço congelado, alcançada entre o Governo e a FNE no dia 21 de maio de 2024, constituiu um momento de particular relevância. Essa decisão permitiu corrigir uma injustiça prolongada, devolvendo confiança e renovada esperança aos docentes. Foi um passo significativo no caminho da valorização da carreira. Porém, esse caminho está longe de concluído e exige continuidade através de medidas estruturais, coerentes e sustentadas.

É neste enquadramento que a revisão do Estatuto da Carreira Docente assume um papel absolutamente central. Mais do que uma obrigação negocial, representa uma oportunidade decisiva para inverter um ciclo de desvalorização que se arrasta há demasiado tempo.

A FNE entende que esta revisão deve traduzir-se em medidas concretas que assegurem uma valorização efetiva da profissão docente em todas as suas dimensões.

Tal implica garantir progressões justas e previsíveis, eliminar bloqueios artificiais, reconhecer integralmente o tempo de serviço prestado, reduzir a carga burocrática que compromete a missão pedagógica e assegurar uma retribuição compatível com a responsabilidade social dos docentes.

Mas implica também devolver à profissão o prestígio e o reconhecimento que lhe são devidos, reafirmando a sua centralidade no desenvolvimento do país e na construção de uma escola pública de qualidade.

Não haverá solução sustentável para a falta de professores sem uma clara e inequívoca valorização da carreira docente. O problema que hoje enfrentamos resulta de opções passadas, mas a sua resolução depende das decisões que forem tomadas no presente.

A conclusão deste processo negocial, dentro dos prazos definidos e com a ambição que o momento exige, constituirá um sinal claro de compromisso com a educação e com o futuro coletivo.

A FNE reafirma a sua total disponibilidade para contribuir, em diálogo construtivo, para soluções equilibradas, justas e eficazes. Contudo, sublinha que este é um momento que exige coragem política, sentido de responsabilidade e visão estratégica.

Porque, em última análise, o problema não é apenas a falta de professores - é a falta de valorização que a originou.

E essa é uma realidade que não pode continuar a ser ignorada.

Quem ensina merece mais.



Balanço da reunião FNE com MECI sobre o Tema 2, revisão do ECD

Realizou-se a 2 de março de 2026, nova reunião entre a FNE e o MECI no âmbito da revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD), centrada no 2.º tema: Habilitação para a Docência, Recrutamento e Admissão.

O MECI começou por esclarecer que o facto de algumas contrapropostas apresentadas pela FNE não constarem da versão agora apresentada não significa discordância de princípio.

Segundo o Ministério, algumas matérias já se encontram previstas na Lei Geral, enquanto outras deverão ser densificadas na legislação específica a negociar posteriormente.

Principais pontos abordados

1. Princípios de recrutamento

- O MECI não acolheu a proposta da FNE relativa à consagração do “procedimento concursal anual” no ECD, argumentando que o Estatuto não é o instrumento adequado para fixar a periodicidade dos concursos.
- Foi, contudo, aceite a proposta da FNE de garantir que o concurso se realize com base na graduação profissional, bem como a aplicação do mesmo princípio quando subsistam necessidades não satisfeitas ao nível da contratação de escola, remetendo este último aspeto para legislação subsidiária.

2. Exercício transitório de funções docentes

- O MECI acolheu a proposta da FNE no sentido de que os professores com formação científica possam exercer funções docentes apenas “transitoriamente e a título excecional”, reforçando o carácter supletivo desta solução.

3. Requisitos para a docência

- Foi eliminada, no ponto 5, a referência a “características de personalidade” como requisito para o exercício da docência.

Próximos passos

O MECI informou que, após reunir com todas as organizações sindicais, enviaria uma nova proposta que integraria as **contrapropostas acolhidas** e que permitiria avaliar a necessidade de agendar nova reunião sobre este tema ou, em alternativa, avançar para o 3.º tema da revisão do ECD, iniciando em simultâneo a negociação da legislação subsidiária.

FNE entregou ofício ao MECI a solicitar esclarecimento de dúvidas sobre alegados riscos de desvalorização da docência

A FNE entregou em mão ao Secretário de Estado Adjunto e da Educação, Alexandre Homem Cristo, um ofício questionando a tutela relativamente a algumas posições que alertam para alegados riscos de desvalorização da profissão docente, designadamente quanto aos seguintes assuntos:

- Eventual aligeiramento das exigências de qualificação;
- Fragilização de vínculos;
- Dissolução da carreira docente no quadro geral da Administração Pública;
- Fim da carreira de corpo especial dos professores e educadores.

A FNE reiterou junto do MECI que pela responsabilidade que temos perante os sete sindicatos de professores que representamos, os seus milhares de associados e, em última instância, todos os docentes, e reconhecendo que afirmações desta natureza podem gerar legítima inquietação na classe docente, consideramos indispensável que todas as dúvidas sejam plena e inequivocamente esclarecidas.

O processo de revisão do ECD, entende a FNE, deve partir de um princípio inequívoco: a valorização da profissão docente, o reforço da sua identidade própria e a consolidação do seu estatuto enquanto carreira de corpo especial, com exigências de qualificação elevadas, estabilidade e vínculos e reconhecimento social compatível com a importância estratégica da função que desempenha.

Para a FNE era fundamental que o Ministério esclarecesse, sem ambiguidades, que a proposta em discussão não comporta as intenções que lhe são atribuídas, e que o objetivo central desta revisão do ECD é o reforço da atratividade, da estabilidade e da dignificação da carreira docente e nesse sentido, a FNE solicitou à tutela garantias formais e inequívocas de que:

- Não está em causa qualquer redução das exigências de qualificação profissional para o exercício da docência;
- Não haverá fragilização dos vínculos nem qualquer mecanismo que promova a precarização;
- A carreira docente manterá a sua natureza de corpo especial, com regime próprio e identidade diferenciada no seio da Administração Pública;
- Não se verificará qualquer processo de descaracterização da profissão docente.

Sobre estas questões, o Secretário de Estado Adjunto e da Educação assumiu perante a FNE que nenhuma destas situações corresponde aos propósitos ou às intenções do MECI no âmbito do processo negocial de revisão do ECD. Referiu ainda que, ao longo das negociações, todas as dúvidas e receios serão certamente esclarecidos e ultrapassados, à medida que forem sendo apresentadas propostas concretas.

A FNE reforçou que os docentes necessitam de confiança, previsibilidade e segurança. Compete ao Governo assegurar que qualquer reforma não seja geradora de incerteza ou apreensão, mas antes uma oportunidade de valorização da profissão docente e de reconhecimento do seu papel essencial na sociedade.

Pedro Barreiros, SG da FNE, fez o balanço desta reunião com o MECI relativa ao tema 2 (Habilitação para a docência, recrutamento e admissão) do processo negocial de revisão do ECD.



FNE participou em reunião de trabalho com o MECI sobre a revisão da carreira docente e legislação subsidiária



A Federação Nacional da Educação (FNE) participou numa reunião de trabalho na tarde de 25 de março de 2026, com o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI), no âmbito do tema 2 do processo de revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD), centrado na análise do modelo de concursos, colocação e vinculação de professores.

Durante o encontro, o MECI apresentou as linhas gerais de um Quadro Conceptual com propostas que visam alterar o paradigma atual de recrutamento docente, designadamente através da criação de um modelo de “concurso externo contínuo”, a decorrer ao longo do ano letivo.

Este modelo pretende substituir os atuais mecanismos de contratação, como o concurso externo anual, as reservas de recrutamento e a eliminação da contratação de escola, com o objetivo de permitir uma resposta mais ágil às necessidades das escolas, assegurando o preenchimento de vagas à medida que estas surgem.

A proposta apresentada encontra-se ainda numa fase inicial, subsistindo diversas matérias que importa clarificar, contudo importa destacar a confirmação feita pelo MECI do respeito pela graduação profissional, podendo também deduzir-se a existência de concursos anuais.

No decurso da reunião, foi efetuada uma avaliação das limitações da forma de funcionamento do modelo atualmente em vigor, tendo sido identificados problemas estruturais persistentes, entre os quais a elevada instabilidade, o excesso de mecanismos concursais, as dificuldades associadas à ausência de previsibilidade nas colocações, com impacto direto na organização das escolas e na vida dos docentes.



A FNE reiterou que o atual modelo de colocação se revela desajustado às necessidades do sistema educativo, não assegurando nem a estabilidade do corpo docente, nem uma gestão eficaz dos recursos humanos. Foi também salientada a necessidade de enfrentar o envelhecimento da profissão e de criar condições que reforcem a atratividade da carreira docente.

Relativamente à proposta apresentada pelo MECI, a FNE reconhece como positiva a intenção de introduzir maior agilidade no processo de colocação de professores, mas manifestou preocupações quanto a algumas das soluções em análise, designadamente no que respeita ao eventual fim da mobilidade interna e aos riscos de desequilíbrios e injustiças que tal medida poderá originar, tendo solicitado ao MECI informações adicionais que permitam esclarecer e perceber claramente os objetivos pretendidos ou eventuais equívocos no quadro conceptual apresentado.

Neste contexto, a FNE reafirma a necessidade de construção de um novo modelo assente em princípios de estabilidade, transparência, equidade e eficiência, que assegure de forma ponderada e equilibrada a previsibilidade do sistema e melhores condições de exercício profissional aos docentes.



Foi ainda destacada a importância de garantir um melhor planeamento das necessidades das escolas e de assegurar uma colocação atempada dos professores, idealmente até ao final do mês de maio, contribuindo para uma resposta mais eficaz às exigências do sistema educativo e para a organização da vida pessoal e profissional dos docentes.

O processo negocial prossegue agora com a recolha de contributos por parte das organizações sindicais até ao dia 10 de abril, estando já agendada nova reunião para o dia 20 do mesmo mês.

A FNE reafirma o seu compromisso de participação construtiva neste processo, defendendo soluções que valorizem os professores, salvaguardem os seus direitos e reforcem a estabilidade das escolas, contribuindo para a melhoria da qualidade da educação em Portugal.

No final da reunião, o Secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros, afirmou: **“A FNE está disponível para construir soluções, mas exige garantias claras de equidade, estabilidade e respeito pelos princípios da carreira docente, devendo ser possível encontrar soluções inteligentes que permitam garantir vinculações e em simultâneo a garantia de aproximação dos docentes às suas residências”.**



Reunião da comissão de acompanhamento da aplicação do DL 48-B/2024

Teve lugar, na tarde do dia 24 de março de 2026, uma reunião técnica entre a Federação Nacional da Educação (FNE) e o Ministério da Educação, Ciência e Inovação / AGSE - Agência para a Gestão do Sistema Educativo, com o objetivo de analisar a aplicação do Decreto-Lei n.º 48-B/2024, de 25 de julho, identificar constrangimentos sentidos na sua execução e clarificar um conjunto de questões que têm vindo a suscitar dúvidas.

A AGSE disponibilizou antecipadamente um conjunto de FAQs, as quais se encontram globalmente bem estruturadas, não introduzindo alterações substanciais à interpretação já conhecida do diploma, limitando-se a clarificar procedimentos.

No entanto, ao longo da reunião, foram sugeridos alguns ajustamentos a determinadas FAQs e a introdução de outras, visando o cabal esclarecimento de todas as questões suscitadas pela recuperação de tempo de serviço.

QUESTÕES SUSCITADAS PELA FNE

REPOSICIONAMENTO NA CARREIRA

- Questionámos o entendimento de que os docentes devem permanecer um ano no escalão de reposicionamento. Esta regra prejudica objetivamente os docentes e promove situações de ultrapassagem, designadamente face a docentes contratados. A AGSE reconheceu esta realidade, mas não apresentou, até ao momento, qualquer solução.
- Solicitou-se a correção da FAQ relativa ao cumprimento do requisito de aulas observadas para efeitos de reposicionamento. A FNE defendeu que, independentemente da data do requerimento a solicitar aulas observadas, o requisito deve ser considerado como cumprido à data do ingresso, não prejudicando assim o reposicionamento definitivo.
- Os docentes devem continuar a inserir as declarações das entidades empregadoras na plataforma SIGRHE.
- Quanto aos pedidos já submetidos, foi esclarecido que não haverá emissão de certificado formal, mantendo-se apenas o registo na plataforma.
- No entanto, subsistem dúvidas quanto à utilização dessas declarações para efeitos de aposentação, sem certificação por parte da AGSE, uma vez que a CGA e a Segurança Social continuam a exigir certificação formal do Ministério da Educação, nos termos legais aplicáveis.

A AGSE referiu que irá analisar esta situação com as entidades competentes.

Face a esta incerteza, recomenda-se que os docentes continuem a solicitar essa certificação na plataforma SIGRHE.

Esta questão será reavaliada pela AGSE.

PROVA DE TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO NO ENSINO PARTICULAR E COOPERATIVO E SETOR SOCIAL

- Foi esclarecido que o procedimento abrange o ensino particular e cooperativo, bem como as IPSS.
- Relativamente ao tempo de serviço prestado como formador, o procedimento de certificação deve continuar a ser realizado nas plataformas existentes (ex-DGESTEs), estando esta matéria ainda em análise por parte da AGSE.

RECONHECIMENTO DE HABILITAÇÕES PROFISSIONAIS E PRÓPRIAS PARA A DOCÊNCIA

A FNE solicitou urgência no processo de reconhecimento de habilitações profissionais e próprias para a docência, manifestando preocupação pelo atraso nesse reconhecimento, face à previsível proximidade dos concursos.

GRUPO 910 – HABILITAÇÕES

Persistem dúvidas sobre as habilitações legais para este grupo de docência. A AGSE informou que será produzida, em breve, uma clarificação legal sobre esta situação.



FEDERAÇÃO NACIONAL
D ► EDUCAÇÃO

LIMITE DE APLICAÇÃO DE REGRAS ESPECÍFICAS DE PROGRESSÃO

As regras específicas de progressão, expressas no Artigo 5.º deste decreto-lei, e que incluem o acesso ao 5.º e 7.º escalões sem necessidade de vagas, a possibilidade de mobilizar a última avaliação de desempenho, a última observação de aulas e as horas de formação não utilizadas entre 2018 e 2024, são aplicadas sempre que, no escalão em que se encontre, ainda tenha sido recuperado tempo de serviço, ou seja, até à primeira progressão após 1 de julho de 2027.

EM SÍNTESE

Apesar de alguns esclarecimentos importantes, subsistem ainda várias matérias que carecem de resolução ou de clarificação mais consistente.

A FNE continuará a acompanhar de perto estas questões, intervindo junto do Ministério no sentido de garantir soluções que assegurem justiça, equidade e segurança jurídica para todos os docentes.



FNE exige medidas claras para proteger as crianças no espaço escolar

A FNE manifestou no início de fevereiro de 2026, a sua profunda preocupação perante a investigação divulgada pelo jornal Público, que revelava a entrada, em dezenas de escolas, de influenciadores associados a conteúdos que podem promover a sexualização precoce de crianças.

Através de um comunicado enviado às redacções, a FNE reforçou que a Escola é um espaço de formação integral, de proteção e de desenvolvimento saudável. Não pode, em circunstância alguma, ser transformada em palco de promoção comercial, captação de seguidores ou difusão de conteúdos que coloquem em causa o superior interesse das crianças.

Perante a gravidade das situações noticiadas, a FNE considera imprescindível que sejam adotadas medidas claras, uniformes e vinculativas a nível nacional:

- Definição de critérios obrigatórios e transparentes para a entrada de agentes externos nas escolas, incluindo avaliação prévia do conteúdo e dos objetivos pedagógicos das iniciativas;**
- Proibição inequívoca de qualquer forma de exploração comercial de alunos ou utilização da sua imagem em contexto escolar;**
- Responsabilização institucional clara quanto à autorização e acompanhamento destas atividades;**
- Reforço da formação em literacia digital para docentes e alunos, promovendo pensamento crítico e consciência dos riscos associados à exposição nas redes sociais;**
- Intervenção imediata do Ministério da Educação, com averiguação das situações denunciadas e emissão de orientações nacionais vinculativas.**

Segundo a FNE, a autonomia das escolas é um valor essencial, mas não pode ser confundida com ausência de regulação quando está em causa a proteção de menores. A liberdade pedagógica deve coexistir com responsabilidade institucional e com salvaguardas claras.

A FNE reafirma que a proteção integral das crianças é um princípio inegociável.

A escola deve permanecer um espaço seguro, livre de pressões comerciais e de qualquer forma de instrumentalização da infância.

A Federação deixou o alerta de que acompanhará este processo com exigência e firmeza, defendendo sempre a dignidade da Escola Pública, da profissão docente e dos direitos das crianças.



FNE criticou exclusão dos trabalhadores do grupo de trabalho sobre atividades nas escolas

A FNE considerou que as recentes situações tornadas públicas envolvendo a realização de atividades consideradas contrárias aos fins educativos em contexto escolar, reforçam a necessidade de garantir regras claras, uniformes e vinculativas a nível nacional relativamente ao acesso e às atividades desenvolvidas nas escolas.

Na sequência do comunicado anteriormente divulgado, a FNE reafirmou que acompanhará este processo “com exigência e firmeza, defendendo sempre a dignidade da Escola Pública, da profissão docente, dos trabalhadores da educação e dos direitos das crianças”.

A criação de um grupo de trabalho para analisar esta matéria pode constituir uma oportunidade para clarificar procedimentos e reforçar a proteção do espaço escolar. Contudo, a FNE considera incompreensível que os representantes dos trabalhadores das escolas não tenham sido incluídos neste processo.

Os profissionais que diariamente asseguram o funcionamento das escolas - Docentes e Trabalhadores de Apoio Educativo (TAE) - são aqueles que garantem o acompanhamento dos alunos, o funcionamento das atividades escolares e a organização e segurança dos espaços educativos. São também estes trabalhadores que, em última análise, terão de aplicar e garantir o cumprimento das orientações que venham a ser definidas.

Por essa razão, a exclusão dos seus representantes de um grupo de trabalho que pretende refletir sobre matérias diretamente relacionadas com o funcionamento das escolas não contribui para soluções equilibradas nem para a eficácia das medidas a adotar.

A FNE lembra ainda que o sistema educativo português já dispõe de enquadramento legal que regula o funcionamento das escolas e a utilização do espaço escolar. O Estatuto do Aluno e Ética Escolar (Lei n.º 51/2012) estabelece princípios de convivência e responsabilidade na comunidade educativa, enquanto o Decreto-Lei n.º 75/2008 determina que os regulamentos internos das escolas definem as regras de funcionamento e utilização dos espaços escolares, incluindo a presença de entidades externas.

Neste contexto, também não se compreende que continuem a existir situações em que a entrada de dirigentes sindicais nas escolas é dificultada ou em que a afixação de informação sindical é impedida ou condicionada, apesar de se tratarem de direitos legalmente reconhecidos. Estas restrições contrastam de forma evidente com situações em que parecem ter sido permitidas iniciativas que levantam legítimas preocupações quanto à sua adequação ao contexto educativo.

Para a FNE, é fundamental garantir coerência na aplicação das regras e no respeito pelos princípios que devem orientar a vida escolar.

Perante esta realidade, a Federação defende que o essencial é assegurar a aplicação rigorosa das normas existentes e a definição de orientações nacionais claras, evitando interpretações divergentes entre escolas e garantindo que o espaço escolar é plenamente respeitado enquanto espaço educativo, seguro e adequado ao desenvolvimento das crianças e jovens.

A FNE garantiu que continuará a acompanhar este processo com responsabilidade e determinação e espera que o Ministério da Educação assegure a participação dos representantes dos trabalhadores neste processo e adote rapidamente medidas claras que garantam a proteção do espaço escolar em todas as escolas do país.

ENVIO A ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DE FORMULÁRIOS DE INSCRIÇÃO EXIGINDO PAGAMENTO

PEDIDO URGENTE DE ESCLARECIMENTO



SPCL faz pedido urgente de esclarecimento à Presidente do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua

O SPCL - Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas fez chegar um ofício a 2 de março do corrente ano, com um pedido urgente de esclarecimento à Presidente do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, Dra. Florbela Paraíba, relativo ao envio a encarregados de Educação de formulários de inscrição exigindo pagamento de propina.

No documento enviado, o SPCL afirmava que:

Na passada sexta-feira dia 27.02.2026 foi enviada aos Encarregados de Educação na Alemanha, Suíça e Reino Unido, portanto os países onde até ao ano letivo de 2024/25 foi exigido o pagamento da taxa de frequência, conhecida como propina, uma notificação sobre o início das inscrições para o próximo ano letivo, 2026/27, acompanhada da exigência do respetivo pagamento, embora já no presente ano letivo tenha o ensino, como predisposto na Constituição, sido gratuito.

Hoje, segunda- feira dia 2 de Março de 2026, foram os professores que desconheciam totalmente essa vossa iniciativa, surpreendidos por pedidos de explicações dos Encarregados de Educação sobre o procedimento, assim como comunicação de pagamentos da propina já efetuados.

Ao que parece tratou-se de um erro na Plataforma, mas dado que se trata de repetição do erro cometido no ano anterior o primeiro ano de ensino gratuito, não se afigura ao nosso Sindicato compreensível que o mesmo erro surja por duas vezes, lançando a confusão entre pais e professores, sendo que as Coordenações de Ensino sobrecarregaram estes últimos, dizendo que deveriam ser os docentes, pela segunda vez em dois anos sucessivos, a informar os Encarregados de Educação do citado erro.

Ex.ma Sra Presidente: os professores do EPE já se encontram sobrecarregados com uma fortíssima carga administrativa, sendo portanto indesejável que a mesma seja aumentada devido a um erro cometido pelo Instituto que V. Exa representa.

Assim sendo, vimos requerer por meio da presente que o erro cometido não seja causa de trabalho extra para os docentes, pois compete a quem indesejavelmente o criou.

Além disso requeremos também de parte de V. Exa esclarecimento sobre a causa de um erro que, se poderia ser compreensível no primeiro ano de ensino gratuito, não tem razão válida para ser agora repetido.

Ainda sobre esse assunto, vimos lembrar a V. Exa que no Regime Jurídico do EPE continua a constar a obrigatoriedade de pagamento da taxa de frequência, disposição que já deveria ter sido retirada e que, mantendo-se, pode originar procedimentos erróneos.

Deste modo lembramos mais uma vez a urgência da Revisão do Regime Jurídico do EPE, Decreto- Lei Nr. 65- A / 2016, de 25 de Outubro, versão original de Outubro de 1998, que o nosso Sindicato vem a requerer desde 2019, sem que até hoje se tenham verificado de vossa parte quaisquer diligências a cumprir.

O SPCL/FNE aguarda por esclarecimentos da tutela.

SDPGL XIV CONGRESSO

21 MARÇO 2026
UGT, LISBOA

DIGNIFICAR

OS PROFESSORES É FORTALECER O FUTURO





José Manuel Cordeiro eleito novo Presidente do SDPGL

José Manuel Cordeiro foi eleito Presidente da Direção do SDPGL (Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo), para o quadriénio 2026-2030, no XIV Congresso daquele sindicato da FNE, que decorreu a 21 de março de 2026, no Auditório da Escola Passos Manuel, em Lisboa.

A mesma lista venceu igualmente na eleição dos membros do Conselho Geral para o quadriénio 2026/2030 e na eleição dos membros das Direções Distritais de Lisboa, Santarém e Setúbal, para o mesmo período de tempo.

Num dia marcado pela sindicância em prol da valorização da profissão docente e da melhoria da Educação, os congressistas votaram por unanimidade nas linhas de ação da Lista A, todas em consonância com as próprias reivindicações da FNE. **"Dignificar os professores é fortalecer o futuro"** foram as palavras de orientação das linhas de ação para os próximos quatro anos e que levam, entre outros, a temas como a formação, a carreira, os concursos docentes, recrutamento, avaliação e condições dignas de aposentação.

O novo Presidente foi eleito por unanimidade e em lista única para a Direção, sucedendo a Maria José Rangel, no cargo desde janeiro de 2022.





Educar, inspirar, transformar

o rosto feminino da escola.

A TODAS AS MULHERES QUE FAZEM DA ESCOLA
UM ESPAÇO DE APRENDIZAGEM, DE INCLUSÃO
E DE ESPERANÇA, A FNE EXPRESSA O SEU
RECONHECIMENTO, AGRADECIMENTO E
PROFUNDA ADMIRAÇÃO.



www.fne.pt



FEDERAÇÃO NACIONAL
DE EDUCAÇÃO

Dia Internacional da Mulher assinalado pela FNE

A FNE prestou homenagem a 8 de março a todas as mulheres que, diariamente, constroem a escola e ajudam a transformar a sociedade através da educação.

Nas nossas escolas, as mulheres são maioria e desempenham um papel absolutamente central na formação das novas gerações. Como educadoras, professoras, técnicas, assistentes e dirigentes, são pilares de conhecimento, dedicação, sensibilidade e compromisso. O seu trabalho vai muito além da transmissão de saberes: contribuem para formar cidadãos mais livres, críticos, solidários e preparados para os desafios do futuro.

Ao longo da história da educação e do sindicalismo em Portugal, as mulheres têm sido protagonistas de mudanças fundamentais, afirmando a importância da igualdade de oportunidades e da valorização da Educação.

Neste dia, a FNE reafirmou também a importância de continuar a promover a igualdade de direitos e de oportunidades, combatendo todas as formas de discriminação e garantindo condições de trabalho que respeitem e valorizem plenamente o contributo das mulheres para a educação e para a sociedade.

A todas as mulheres que fazem da escola um espaço de aprendizagem, de inclusão e de esperança, a FNE expressa o seu reconhecimento, agradecimento e profunda admiração.



1º DE MAIO

UGT celebra Dia do Trabalhador em Lisboa

A FNE vai participar nas comemorações do Dia do Trabalhador, no próximo 1 de maio, integradas nas iniciativas promovidas pela União Geral de Trabalhadores (UGT), que este ano terão lugar no Centro Nacional Desportivo do Jamor, em Oeiras.

O programa preparado para este dia pretende afirmar a importância de valorizar os trabalhadores, defender carreiras dignas e valorizadas, promover melhores condições de vida e de trabalho e reforçar a necessidade de investir na Educação.

As comemorações arrancam logo pela manhã, com iniciativas de carácter desportivo e de participação familiar. Às 10h00 realiza-se a Kids Race, dirigida aos mais novos, seguindo-se às 10h30 uma corrida e caminhada abertas à participação de todos.

Ao longo do dia haverá também um espaço dedicado à animação cultural, com a participação de tunas académicas, grupos de folclore e bandas, criando um ambiente de convívio e celebração entre trabalhadores de diferentes setores.

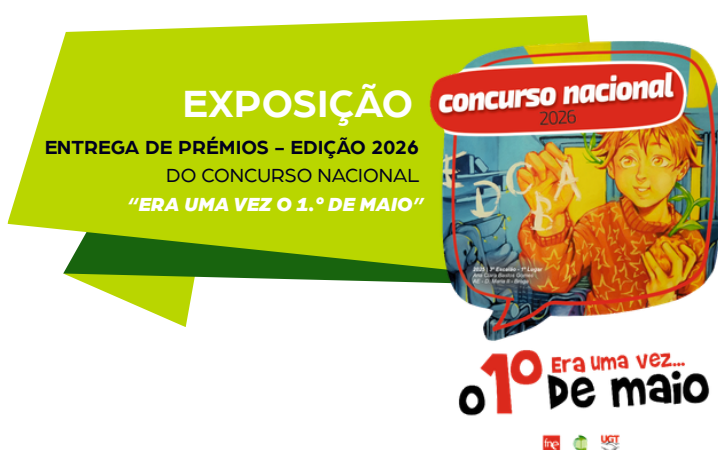
A partir das 15h00, terão lugar as intervenções sindicais, momento central da iniciativa, em que serão reafirmadas as reivindicações e prioridades do movimento sindical para a valorização do trabalho e dos trabalhadores.

O programa inclui ainda, às 15h30, um momento musical com a atuação de Quim Barreiros, que contribuirá para o ambiente festivo da jornada.

Durante o evento será também possível visitar a exposição e entrega de prémios da edição 2026 do concurso nacional “Era uma vez o 1.º de Maio”, iniciativa que procura envolver a comunidade educativa e promover a reflexão sobre o significado histórico e social do Dia do Trabalhador.

A FNE convida todos os trabalhadores da educação, as suas famílias e a comunidade educativa a associarem-se a este dia de celebração, convívio e afirmação dos direitos dos trabalhadores.

O 1.º de Maio continua a ser um momento fundamental para recordar conquistas alcançadas e para reforçar o compromisso com mais justiça social, melhores condições de trabalho e valorização dos trabalhadores.



concurso nacional

2026



2025 | 3º Escalão - 1º Lugar
Ana Clara Bastos Gomes
AE - D. Maria II - Braga

o 10º Era uma vez... De maio

REGULAMENTO DO CONCURSO

TEMA: VONTADE DE SER PROFESSOR

A Federação Nacional da Educação - FNE e os seus Sindicatos promovem a edição de 2026 do Concurso **"Era Uma Vez... o 1º de Maio"**, desafiando alunos, educadores e professores de todo o país a apresentar trabalhos alusivos ao Dia do Trabalhador e assumindo como tema para a edição deste ano **"VONTADE DE SER PROFESSOR"**.

A iniciativa, que registou ao longo das suas sucessivas edições a participação de milhares de trabalhos, visa compreender e explorar, de modo criativo e artístico, o significado do 1º de Maio, reconhecer a solidariedade como valor fundamental e contribuir para o desenvolvimento da criatividade e da cidadania.

O regulamento do concurso pode ser consultado na página oficial e nas redes sociais da FNE e dos seus Sindicatos membros.

O Concurso "Era uma vez... o 1º de Maio" é um grande contributo educativo da FNE para o tratamento, nas escolas, do tema do Mundo do Trabalho, que é um dos cinco domínios da Educação para a Cidadania, com aplicação opcional em qualquer ano de escolaridade, contribuindo para as áreas de competências definidas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

A primeira edição do Concurso "Era uma vez... o 1º de Maio" da FNE ocorreu em maio de 2003.

Objetivos

- Compreender o dia 1º de maio como o Dia do Trabalhador;
- Desenvolver o conhecimento sobre o 1º de Maio;
- Reconhecer a solidariedade como um valor fundamental da sociedade atual;
- Contribuir para o desenvolvimento da criatividade e da cidadania.

Modalidades de Concursos e Condições de Participação

O concurso destina-se a alunos e docentes distribuídos pelos seguintes escalões:

ALUNOS	
1º escalão (Pintura e/ou colagem) - Educação para a Infância 2º escalão (Pintura) - 1.º ciclo do Ensino Básico	3º escalão (Pintura) - 2.º e 3.º ciclo do Ensino Básico 4º escalão (Pintura) - Ensino Secundário

Os trabalhos do 1º escalão (Educação para a Infância) serão unicamente de pintura ou colagem e coletivos (turma ou jardim de infância).

Os trabalhos do 2º escalão (1.º ciclo do Ensino Básico) serão coletivos (turma ou escola).

Os trabalhos dos 3º e 4º escalões serão de carácter individual.

Cada concorrente, turma ou jardim de infância/escola só pode concorrer com um trabalho.

Os trabalhos não devem ultrapassar o tamanho A3 e o suporte deverá ser papel/cartolina/cartão.

ERA UMA VEZ... O 1º DE MAIO

Prazos

O prazo de entrega dos trabalhos termina no dia 20 de abril de 2026.

Entrega de trabalhos

Os trabalhos podem ser entregues diretamente ou enviados por correio para a sede da FNE no Porto (Rua Pereira Reis, 399, 4200-448 Porto).

(apenas serão avaliados os trabalhos recebidos até ao dia 20 de abril de 2026)

Júri do concurso

O júri será constituído pelos seguintes elementos:

- Um(a) Representante da FNE
- Um(a) Representante da AFJET
- Um(a) Educador(a) de Infância
- Um(a) Professor(a) do 1.º Ciclo do Ensino Básico
- Um(a) Professor de Educação Visual

Divulgação dos Trabalhos Premiados

No dia 24 de abril de 2026 será divulgada a listagem dos trabalhos premiados, em cada um dos escalões, na página de internet da FNE em www.fne.pt.

Exposição dos Trabalhos

Os trabalhos premiados serão expostos no dia 1 de maio de 2026, no local em que a UGT- União Geral de Trabalhadores e a FNE realizarem as comemorações do Dia do Trabalhador, de cujo programa constará a respetiva entrega de prémios e certificados de participação.

Posteriormente os trabalhos serão divulgados nas páginas de internet e redes sociais da FNE e da AFJET.

Entrega de Prémios

Os prémios serão entregues no local das comemorações, no dia 1 de maio de 2026.

Prémios

Terão direito a prémio os três melhores classificados em cada escalão.

Os prémios a atribuir, em cada escalão, serão os seguintes:

1.º Prémio – Tablet*

2.º Prémio – Máquina fotográfica*

3.º Prémio – Livros / Jogos didáticos*

* Os prémios podem ser substituídos por outros de igual valor

Disposições Finais

Os trabalhos ficam pertença da FNE.

Em cada trabalho deverá constar no verso a etiqueta disponibilizada na contracapa deste folheto, podendo ser fotocopiada.



COLAR NO VERSO DO TRABALHO	
Nome do(s) autor (individual) / autores (coletivo): _____	
Escalão: 1 2 3 4	
Estabelecimento de ensino: _____	
Morada: _____ _____	
Telefone: _____	E-mail: _____
A falta de qualquer destes elementos é motivo de exclusão do concurso.	

PODE SER FOTOCOPIADO



Sindicato dos Professores da Zona Norte
Rua de Costa Cabral, nº 1035 | 4249-005 Porto
Tel. 225 070 000 | secretariado@spzn.pt



Sindicato dos Professores da Zona Centro
Rua Antero de Quental, nº 99 | 3001-501 Coimbra
Tel. 239 853 090 | spzc@spzc.pt



Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo
Escadinhas da Praia, nº 3 – 2º Dtº | 1200-769 Lisboa
Tel. 213 951 420 | sdpgl.fne@sdpgl.pt



Sindicato Democrático dos Professores do Sul
Rua Lúcia Cutileiro, nº 23 – 1º e 2º Dtº - Villa da Cartuxa | 7002-502 Évora
Tel. 266 749 660 | evora@sdpsul.com



Sindicato Democrático dos Professores dos Açores
Rua Arcanjo Lar, nº 7 – R/C Poente | 9500-162 Ponta Delgada
Tel. 296 302 180 | sede@sdpa.pt



Sindicato Democrático dos Professores da Madeira
Rua Brasil nº 72 - Bairro da Nazaré | 9000-134 Funchal
Tel. 291 765 112 | sdpm@sdpmadeira.pt



Sindicato de Professores nas Comunidades Lusíadas
Kantstrasse 7 | 90409 Nurnberg - Deutschland
Tel. 00 49 911 941 9854 | teresa.duartesoares@t-online.de



**Sindicato dos Trabalhadores de Apoio Educativo /
Pessoal Não Docente da Zona Norte**
Rua da Constituição, 814 - 5º Sala 28 | 4200-195 Porto
Tel. 226 084 476 | geral@staezn.pt



**Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da
Zona Centro**
Rua Combatentes da Grande Guerra, 53 – Cave Escritório 3 | 3030-181 Coimbra
Tel. 239 832 142 | staezcc@gmail.com



**Sindicato dos Trabalhadores de Apoio Educativo e Social do Sul e Regiões
Autónomas**
Rua Pinheiro Chagas, 17 - 4º Dtº | 1050-174 Lisboa
Telef. 213 421 692 | geral@staezsra.pt



**Federação
Nacional da
Educação**

SEDE - PORTO
Rua Pereira Reis, 399
4200-448 Porto
Telef. 225 073 880

secretariado@fne.pt

www.fne.pt

COLAR NO VERSO DO TRABALHO

Nome do(s) autor (individual) / autores (coletivo):

Escalão: 1 2 3 4

Estabelecimento de ensino:

Morada:

Telefone: _____ E-mail: _____

A falta de qualquer destes elementos é motivo de exclusão do concurso.

PODE SER FOTOCOPIADO

Apoio:



ACORDO ASSINADO ENTRE FNE / FSUGT E CNIS

DE REVISÃO DO CONTRATO COLETIVO DE
TRABALHO (CCT)



Assinado acordo de revisão do CCT entre FNE/FSUGT e CNIS

A FNE, no âmbito da Frente Sindical da UGT e a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS) assinaram a 16 março 2026, na sede da CNIS, o acordo de revisão do Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) para este ano, com efeito a 1 de janeiro de 2026.

Este acordo traz as seguintes **novidades**:

Tabela A - Aumento de:

- Níveis 6 a 18, inclusive – 50 € mensais;
- Níveis de 1 a 4 inclusive – 75 € mensais;
- Nível 5 – 80 € mensais.

Tabelas B1 e B4

- Aumento de 50€ em todas as categorias;
- Educadores de Infância/Professores integrados no nível 9, em que o aumento será de 80€ mensais (nível de entrada 1.230,00€).
- Abono para falhas – aumento para 40€.
- Subsídio de refeição 5,50 € por dia; ou título de refeição no valor correspondente ao limite de isenção de IRS.
- Subsídio de trabalho ao domingo (a partir de 1 de julho), no que exceder dois domingos por mês.
- Direito ao descanso ao domingo, de seis em seis, semanas.
- Ajudante de cozinheiro progressão de 3ª a 2ª categoria e de 2ª a 1ª a cada 5 anos.
- Auxiliar da ação médica progressão de 3ª a 2ª categoria e de 2ª a 1ª a cada 5 anos.

As partes assumiram rever as carreiras dos educadores de infância e professores dos ensinos básico e secundário, na próxima revisão do CCT de 2027.



Em resumo, este acordo de revisão de CCT da FNE com a CNIS trouxe as novidades do subsídio de domingo e de gozo do dia de aniversário, sem perda de direitos. Já quanto ao descanso semanal obrigatório passou de sete em sete semanas para seis em 6 semanas. Relativamente ao abono para falhas subiu de 35 para 40 euros.

Também o subsídio de refeição registou um aumento de 5 para 5,5 euros e o título de refeição (no valor igual ao valor de isenção no IRS) passa no corrente ano para 10,46 euros.

A FNE e os Sindicatos da UGT reconhecem que há ainda um longo caminho a percorrer para dignificar verdadeiramente o trabalho e os trabalhadores do setor social. Porém, este acordo permite dar um passo firme e sustentável para melhorar as condições remuneratórias dos trabalhadores do setor, reforçando, por sua vez, os mecanismos da negociação coletiva, através de um diálogo construtivo e pragmático para o encontro de soluções de compromisso bipartido.

A FNE e os sindicatos desta Frente Sindical da UGT deixaram o seu compromisso firme de continuar a bater-se, através dos meios que têm ao seu alcance, para reforçar o setor social e solidário, capaz de competir com os demais setores da nossa economia, seja na qualidade dos serviços que prestam, seja na capacidade de recrutar os melhores recursos para as suas respostas sociais.

O objetivo da FNE e da Frente Sindical da UGT é o de dar um rumo mais ambicioso a todo o setor da economia social, que permita, aos seus mais de duzentos mil trabalhadores, beneficiarem com melhores condições de trabalho, melhores condições de vida, e com melhores condições de um exercício pleno da sua liberdade individual e coletiva.

A FNE esteve representada pelo Vice-Secretário-Geral, António Jorge Pinto e pelo Secretário Nacional, Mário Jorge Silva.



FNE/FSUGT e Mutualidades assinaram acordo de revisão do CCT

A Federação Nacional da Educação (FNE), a União das Mutualidades Portuguesas (UMP) e 15 organizações sindicais da UGT, assinaram na manhã desta sexta-feira, 27 de março de 2026, em Esmoriz, o acordo de revisão do Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) para este ano, com efeito a 1 de janeiro de 2026.

A **revisão do CCT** incide fundamentalmente na atualização das tabelas salariais para o ano de 2026, com o objetivo de continuar a valorizar os trabalhadores, que são o rosto das suas associações mutualistas, junto dos associados e das comunidades.

António Jorge Pinto, Vice-Secretário-Geral da FNE, considerou que "o que interessa aos trabalhadores e que interessa dizer é que este acordo traz mais valor que o contrato anterior. Negociámos aqui alguns pontos que eram importantes como o subsídio de alimentação e de domingo, isto além de haver aqui um aumento nas tabelas salariais, o que é sempre importante. Além disso, é um acordo que reforça a confiança entre as partes e devo destacar que da nossa parte e dos negociadores das Mutualidades tem existido sempre uma lealdade e um assumir de compromissos para o futuro. Por isso nós estaremos sempre aqui numa construção de melhores condições de trabalho e é o que nos importa, defender aqueles que representamos".

A FNE e os Sindicatos da UGT reconhecem que há ainda um **longo caminho a percorrer para dignificar verdadeiramente o trabalho e os trabalhadores** do setor social. No entanto, este acordo permite dar um passo firme e sustentável para melhorar as condições remuneratórias dos trabalhadores do setor das Mutualidades, reforçando, por sua vez, os mecanismos da negociação coletiva, através de um diálogo construtivo e pragmático para o encontro de soluções de compromisso bipartido.

A **cerimónia de assinatura** contou com as presenças do Vice-Secretário-Geral da FNE, António Jorge Pinto, do Presidente da UMP, Luís Alberto Silva, do Vice-Presidente da UGT, João Dias da Silva, do Secretário Nacional da FNE, Mário Jorge Silva e dos representantes dos demais sindicatos signatários.



As **alterações introduzidas** pela revisão global do CCT entre a União das Mutualidades Portuguesas e a FNE, ao publicado no Boletim do Trabalho e Emprego n.º 11, de 22 de março de 2025, trazem **atualizações significativas nas condições pecuniárias**.

Principais pontos da revisão:

Dia de Aniversário - Cláusula 65.^a - Dispensas

1 - A instituição pode, a pedido do trabalhador, conceder dispensa de trabalho no seu dia de aniversário, por períodos totais ou parciais que antecedam ou precedam eventos festivos ou feriados ou por solicitação do trabalhador, devidamente justificada.

Cláusula 53.^a - Regime de prevenção

...

4 - O período de prevenção não utilizado pela instituição não conta como tempo de trabalho efetivo, nem confere direito a qualquer descanso compensatório.

...

7 - O subsídio de prevenção tem natureza compensatória e não é considerado para efeitos de cálculo da retribuição do período de férias, subsídio de férias e subsídio de Natal.

Cláusula 92.^a - Subsídio de Prevenção

1 - Aos trabalhadores em situação de prevenção é atribuído um subsídio no montante mínimo de 25% do valor da retribuição horária.

Cláusulas Financeiras:

Cláusula 102.^a - Subsídio de alimentação atualizado para 6,15€.

Estrutura Salarial e Tabelas:

Tabela B - Educadores de infância:
Aumento de 60€ em todos os níveis;

Tabela A - Geral - Aumentos de:

49,00€ - Nível XIX
50,00€ - Níveis XVIII a VI;
60,00€ - Nível V ao I;
50,00€ - Níveis E1 e E2;
40,00€ - Níveis A e B
60,00€ - Nível C
70,00€ - Nível D





"Tem a palavra"- Escolas Multiculturais: O Peso e a Esperança do Português como Língua Não Materna - Desafios e Caminhos em 2026-2027

Portugal é hoje um país claramente multicultural, e essa realidade sente-se de forma muito evidente nas escolas. No 1.º ciclo, chegam todos os anos milhares de crianças vindas de países como Brasil, Nepal, Ucrânia, Angola ou Índia. Estas crianças trazem consigo diferentes línguas, culturas e experiências, o que enriquece a escola, mas também cria novos desafios. Muitas não dominam o português, ou fazem-no com dificuldades, obrigando os professores a encontrar estratégias para garantir que todos aprendem e participam em igualdade.

Neste contexto, o ensino do Português como Língua Não Materna (PLNM) ganha uma importância central. Não se trata apenas de ensinar a língua, mas de promover a inclusão, respeitar a identidade de cada aluno e valorizar o português como língua comum de comunicação, aprendizagem e cidadania. A escola passa assim a ter um papel fundamental na integração destas crianças na sociedade.

No entanto, a realidade no terreno é exigente. Muitos professores sentem que não têm formação específica suficiente para trabalhar com alunos que não falam português. Além disso, há falta de materiais adaptados, o que obriga a um grande esforço extra na preparação das aulas. As turmas são cada vez mais diversas e complexas, e nem sempre existem os recursos humanos e técnicos necessários para dar resposta a todas as necessidades.

Estas dificuldades geram desgaste e frustração. Como referiu uma professora:

“A escola está a mudar, e nós estamos a tentar acompanhar. Mas precisamos de tempo, recursos e reconhecimento.”

Apesar disso, existem estratégias que fazem a diferença no dia a dia. A utilização de materiais adaptados, como textos simplificados e glossários visuais, facilita a aprendizagem. A valorização das culturas de origem dos alunos, juntamente com a cultura portuguesa, promove o respeito e a integração. O apoio entre colegas e uma avaliação contínua e ajustada permitem acompanhar melhor cada aluno e ajudá-lo a progredir.

Mesmo com os desafios, muitos professores veem no PLNM uma oportunidade para construir uma escola mais justa e inclusiva. No entanto, defendem medidas concretas, como mais formação, turmas menos numerosas e o reforço de mediadores culturais e professores de apoio.

Ensinar português a alunos estrangeiros é mais do que um desafio educativo: é um compromisso com o futuro do país. Uma escola que integra bem é uma escola que prepara cidadãos mais participativos e uma sociedade mais equilibrada.

Ensinar Português como Língua Não Materna no 1.º ciclo é, por isso, uma tarefa exigente, mas também transformadora. Com o apoio adequado, é possível criar salas de aula onde todos os alunos, independentemente da sua origem, têm oportunidades reais de aprender, crescer e participar.

Construir esta escola mais justa exige um compromisso claro: valorizar os professores, reforçar os recursos e ouvir quem está no terreno. Só assim o ensino do português poderá ser uma verdadeira ponte para a integração e para a cidadania.

Como defende Philippe Perrenoud, os alunos não chegam à escola como “tábuas rasas”; trazem consigo conhecimentos, valores e experiências que devem ser reconhecidos e valorizados.

Em conclusão, a educação em Portugal para 2026–2027 enfrenta desafios exigentes, mas há um que se impõe com particular urgência: a multiculturalidade. Num contexto em que se aposta na inovação com a integração da Inteligência Artificial, a atualização dos currículos e a promoção do bem-estar dos alunos torna-se inadiável garantir uma escola verdadeiramente inclusiva, capaz de responder à diversidade crescente da sociedade.

A escassez de professores só reforça esta realidade, tornando evidente a necessidade de valorizar a profissão docente, reconhecendo o seu papel central na construção de uma educação de qualidade.

Mais do que um obstáculo, a multiculturalidade deve ser encarada como uma oportunidade estratégica. É através dela que a escola pode tornar-se mais rica, mais justa e mais preparada para o futuro. **O verdadeiro desafio está em equilibrar tecnologia, inclusão e valorização dos docentes e é precisamente nesse equilíbrio que se constrói uma educação mais forte, mais equitativa e mais transformadora para todos.**

Prof. Isabel Dias Ribeiro
SDPGL



Páscoa – época de renovação e esperança

Nestes dias, em que estamos praticamente a chegar à celebração da Páscoa, queremos dirigir uma palavra muito especial a todos os trabalhadores de apoio educativo e social, reconhecendo o papel fundamental que desempenham todos os dias nos seus variados contextos profissionais.

Páscoa é sinónimo de resiliência, união e capacidade de recomeçar — valores esses que representam exatamente a ação destes trabalhadores, onde insistentemente são profissionais invisíveis, mas imprescindíveis para o funcionamento de qualquer escola / instituição.

O STAE Sul e R.A. está bastante ciente que ainda existe muito trabalho pela frente na defesa e valorização de todos estes trabalhadores. Prova disso passa por todo o trabalho que temos vindo a desenvolver durante o presente ano: temos marcado presença em reuniões de trabalho relacionadas com os trabalhadores da Administração Pública, Instituições de Ensino Privado e Instituições de Solidariedade Social; reuniões com instituições de poder local (Secretaria Regional dos Açores e variados Municípios da região Sul do continente), entre outras.

Também é nossa preocupação a promoção de ações de formação destinadas aos nossos trabalhadores. Trabalhador em constante atualização de conhecimentos é, com toda a certeza, uma mais valia para qualquer local de trabalho.

Preocupamo-nos, ainda, em levar o nosso nome a cada vez mais escolas / instituições, uma vez que temos estado de forma bastante frequente em visitas de dinamização sindical.

É certo que ainda temos muito caminho para percorrer. Contudo, por estarmos tão certos e convictos das funções vitais que estes profissionais desempenham, encontramos a nossa motivação diária para seguir com o nosso trabalho todos os dias.

O STAE Sul e R.A. deseja a todos os trabalhadores de apoio educativo / social uma Páscoa feliz, onde impere a serenidade, saúde e esperança. Que estes dias sejam igualmente momentos de reflexão e de reforço da confiança no futuro.

Cristina Ferreira – Presidente do STAE Sul e R.A.

REUNIÃO

26 DE JAN | 16H



**REUNIÃO STAE SUL E R.A.
COM SECRETÁRIA REGIONAL
DA EDUCAÇÃO E CULTURA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS
AÇORES**

Esta reunião surge no âmbito de
um pedido de reunião do STAE Sul
e R.A.

OFERTA FORMATIVA

**ATUAR DE ACORDO COM OS PRINCÍPIOS
DE DEONTOLOGIA PROFISSIONAL E DO
TRABALHO COM MENORES (UC04322)**

- ✓ Ação de formação co-financiada;
- ✓ Modalidade Online;
- ✓ Horário Pós-Laboral;
- ✓ Carga horária: 50 horas.

Para mais informações, envia-nos uma mensagem!
Esperamos por ti!



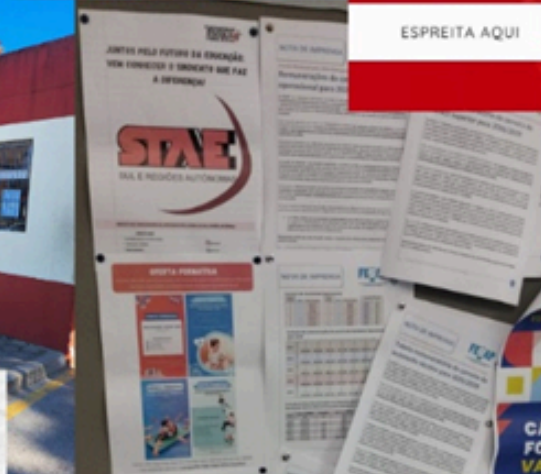
STAE
SUL E REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

**QUERES
INVESTIR NO
TEU FUTURO
PROFISSIONAL?**

QUALIFICA é para ti!



ESPREITA AQUI

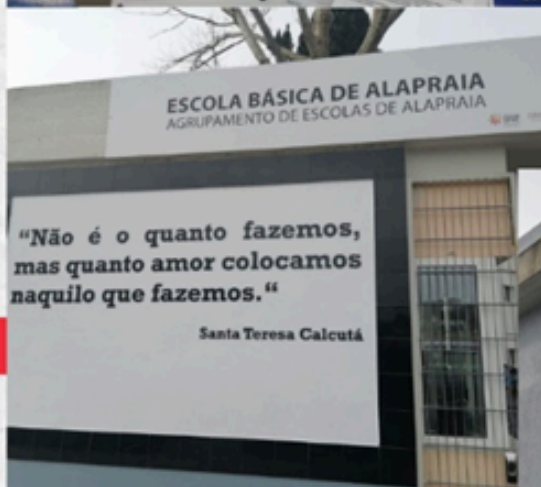


seixal
câmara municipal

REUNIÃO
DE TRABALHO

16 MARÇO 10H30

Nota: o STAE Sul e R.A. estará reunido com a comissão de
Seixal para defender os direitos e interesses dos nossos
associados.



**"Não é o quanto fazemos,
mas quanto amor colocamos
naquilo que fazemos."**

Santa Teresa Calcutá





STAEZN assinou protocolo com a Câmara Municipal do Peso da Régua

O STAEZN – Sindicato dos Trabalhadores de Apoio Educativo / Pessoal Não Docente da Zona Norte e a Câmara Municipal do Peso da Régua, assinaram recentemente um protocolo de colaboração com o objetivo de reforçar a qualificação e valorização profissional dos trabalhadores de apoio educativo.

Este acordo estabelece um quadro de cooperação que visa promover ações de formação profissional, iniciativas de capacitação e atividades de desenvolvimento de competências, contribuindo para a melhoria contínua da qualidade do trabalho desenvolvido nas escolas e instituições educativas do concelho.

Através desta parceria, pretende-se valorizar o papel dos trabalhadores de

apoio educativo, reconhecendo a importância das suas funções no funcionamento das comunidades educativas e no apoio ao processo educativo dos alunos.

A colaboração entre as duas entidades permitirá identificar necessidades formativas, desenvolver programas de formação ajustados à realidade do setor e incentivar a atualização permanente de conhecimentos, promovendo assim melhores condições para o exercício profissional.

Este protocolo representa mais um passo no compromisso conjunto de investir na formação, na valorização dos profissionais e na qualidade dos serviços educativos prestados à comunidade.

STAE Sul e RA celebra o 35º aniversário

O Sindicato dos Trabalhadores de Apoio Educativo e Social do Sul e Regiões Autónomas (STAE Sul e RA) celebrou 6 de março o seu 35º aniversário.

Fundado e dirigido a 6 de março de 1991 por conhecidos profissionais do sector, o STAE Sul e RA pauta a sua atuação quotidiana no quadro do sindicalismo democrático, partilhando com inúmeras organizações sindicais um vasto património de princípios e de interesses que naturalmente o enquadram na Federação Nacional de Educação (FNE), a grande casa comum de todos os Trabalhadores da Educação e na grande estrutura de topo que é a União Geral de Trabalhadores (UGT) sempre com o grande objetivo de se constituir como uma voz autorizada na defesa dos específicos interesses do Pessoal de Apoio Educativo (PAE).

No STAE Sul e RA estão representadas todas as carreiras e categorias do PAE, a designação da Internacional da Educação que abrange todos os trabalhadores conhecidos como não docentes, nas categorias de Auxiliares de Educação, Assistentes Operacionais e Administrativos, Técnicos e Técnicos Superiores.

Se, ao longo destes anos, alguma intervenção se destaca como uma grande e constante luta, tal é, sem sombra de dúvida, a melhoria do estatuto destes

trabalhadores pelo que, quer como sindicato autónomo, quer como membro da FNE, o STAE SUL e RA tem sempre estado envolvido em todas as negociações relativas ao Regime das Carreiras dos Trabalhadores da Educação.

O STAE Sul e RA participou nas longas negociações com sucessivos governos, durante anos e anos, que culminaram com a histórica publicação do Decreto-Lei 515/99, de 24 de novembro, o qual, tão substancialmente, beneficiou a carreira destes profissionais, abrindo-lhes perspectivas promissoras de realização pessoal e profissional.

Lamentavelmente, circunstâncias de ordem vária permitiram que o Estado não se tenha portado como pessoa de bem, socorrendo-se de uma estratégia totalmente adversa aos interesses daqueles trabalhadores, tendo incorrido na revogação do referido dispositivo legal, substituindo-o pelo Decreto-Lei 184/2004 de 29 de julho, ainda parcialmente em vigor.

O STAE Sul e RA prossegue a sua luta sindical pelo reconhecimento e valorização do PAE, por uma carreira e um estatuto dignos dos seus associados e pela tão necessária e urgente determinação dos conteúdos específicos para os trabalhadores que representa.





Delegação portuguesa na Cimeira

Cimeira Internacional da Profissão Docente decorreu em Tallinn, com a participação da FNE

Decorreu em Tallinn, entre 8 e 12 de março de 2026, a 16ª edição da Cimeira Internacional da Profissão Docente, numa organização conjunta do Ministério da Educação da Estónia e do EEPU - Sindicato da Estónia do Pessoal da Educação, em articulação com as organizações permanentes que garantem a realização destas cimeiras, a OCDE e a Internacional da Educação.

Estes encontros anuais assentam na convicção de que é desejável estabelecer uma colaboração significativa entre sindicatos de professores e governos, para

a construção de sistemas de educação de qualidade.

E, mais uma vez, as delegações nacionais tinham de ser paritárias, integrando representantes dos Ministérios da Educação e dos sindicatos de cada país.

Participaram na sessão deste ano delegações de Portugal, Estónia, Espanha, Reino Unido, Austrália, Canadá, Finlândia, Islândia, Letónia, Lituânia, Polónia, Noruega, Singapura, Eslovénia, Ucrânia, Suécia e Suíça.

A delegação portuguesa integrava o Secretário de Estado Adjunto e da Educação, Alexandre Homem Cristo, e Manuel Miguéis, Chefe do respetivo Gabinete, para além de dois delegados, um da FNE e outro da Fenprof.

O tema da Cimeira de 2026 foi: **“Mudando de velocidade: Professores e alunos no futuro ambiente de aprendizagem”**, e explorou o papel fundamental que os professores desempenham na construção de sistemas educativos preparados para o futuro, num mundo moldado por desafios globais complexos e rápidos avanços tecnológicos, que obrigam a repensar o conceito de aprendizagem, a redesenhar as abordagens de ensino e, consequentemente, a reimaginar o que realmente significa ser educador.

Esta Cimeira discutiu também o equilíbrio entre atrair novos talentos e, ao mesmo tempo, fortalecer o desenvolvimento profissional contínuo de todos os que estão no sistema, sublinhando que a autonomia profissional emerge como um poderoso facilitador da inovação, do bem-estar e da melhoria a longo prazo de todos os profissionais.

Por fim, esta cimeira refletiu sobre o desafio que consiste em integrar as novas tecnologias – especialmente a inteligência artificial (IA) – no ensino e na aprendizagem de formas que realmente capacitem os educadores e ajudem cada aluno a progredir.

Neste contexto, a delegação da FNE afirmou que a autonomia profissional não significa trabalhar isoladamente; significa trabalhar dentro de uma cultura sólida de confiança e responsabilidade partilhada e que, para desenvolver uma autonomia significativa para os educadores, são essenciais três elementos. Em primeiro lugar, o desenvolvimento da capacidade profissional através de uma aprendizagem profissional contínua e baseada na prática. Em segundo lugar, a colaboração estruturada, dando aos professores tempo e espaço para analisarem a aprendizagem dos alunos, partilhar estratégias e aprender uns com os outros. E em terceiro lugar, uma liderança pedagógica forte que apoie a tomada de decisões informadas dentro das escolas. Quando a autonomia é combinada com apoio, colaboração e metas claras, a confiança no sistema aumenta, a responsabilidade profissional é reforçada e, em última análise, os resultados de aprendizagem dos alunos melhoram.

Delegação portuguesa reitera o papel do diálogo social

Nestas cimeiras, cada delegação nacional estabelece, em consenso, um compromisso para o trabalho a desenvolver no ano seguinte.

Foi neste contexto que a delegação portuguesa definiu a seguinte declaração conjunta:

Considerando que os desafios da profissão de professor são complexos, e as respostas mais eficazes exigirão abordagens colaborativas, desenvolvidas através de um diálogo social sustentado entre governos, educadores e suas organizações representativas,

Enunciam-se os seguintes compromissos:

Valorizar a profissão docente através do diálogo social, garantindo que as negociações em curso com as organizações sindicais reconheçam a natureza específica e o papel central dos professores no sistema educativo;

Reduzir a carga burocrática associada ao trabalho docente, melhorando e simplificando os processos administrativos, permitindo assim que os professores se concentrem totalmente na sua principal missão pedagógica;

Melhorar a capacidade dos educadores e professores para usarem tecnologias digitais e inteligência artificial nas suas práticas pedagógicas, promovendo um uso crítico e eficaz dessas ferramentas para facilitar a aprendizagem dos alunos.

*David Edwards,
Secretário-Geral
da IE intervém na
sessão de abertura*





FNE E UNSA Educação desenvolvem parceria no desenvolvimento sustentável

Nos dias 9 e 10 de março de 2026, uma delegação da FNE, constituída por Joaquim Santos e Alexandre Dias participou numa mobilidade ERASMUS+ promovida pela UNSA Educação. Da Delegação da UNSA, estiveram presentes colegas da região de Bordéus e o coordenador de Projetos Adrien Ginemer, Conselheiro Nacional da UNSA.

Após uma semana de visita ao Porto e a Braga de uma delegação da UNSA, que visitou escolas e projetos relacionados com o desenvolvimento sustentável, foi a vez da FNE visitar a UNSA-Bordéus e reforçar a cooperação europeia entre as duas organizações sindicais da educação, em torno de valores comuns: inclusão, inovação pedagógica, sustentabilidade e participação social na vida das escolas e da comunidade educativa.

Durante estes dois dias, fomos recebidos no colégio Les Eyquems em Mérignac, estabelecimento envolvido em numerosas iniciativas educativas inovadoras. A visita começou com um momento de acolhimento institucional seguido de uma visita à instituição. O debate e a visita contribuíram para destacar vários pontos fortes do sistema educacional francês, nomeadamente os dispositivos de inclusão, as práticas pedagógicas nas disciplinas de história e de matemática com alunos surdos, o funcionamento da vida escolar e os momentos informais na sala dos professores. Permitiram ainda observar um conjunto de diferenças assinaláveis, nomeadamente a forma como as autarquias influenciam a estrutura de funcionamento das escolas, a vida escolar e a organização das atividades não letivas.

Educação para o desenvolvimento sustentável e envolvimento dos alunos

Um dos momentos altos da visita foi dedicado à semana eco-cidadã, organizada na instituição. Observamos as ações realizadas com os alunos, nomeadamente em torno da separação de resíduos no refeitório e da sensibilização para as questões ambientais, assistimos a um workshop de eco-delegados, testemunhando o envolvimento dos alunos na transição ecológica e seu papel ativo dentro da escola, especialmente nos momentos de organização da cantina e de gestão de resíduos.

Outro momento marcante foi a apresentação do projeto «Écoles buissonnières» liderado pela Cidade de Bordeaux, com visitas a escolas envolvidas na renovação dos recreios escolares através da criação de jardins e áreas verdes, aumentando a permeabilidade dos solos e a implementação de soluções de base natural (SBN).



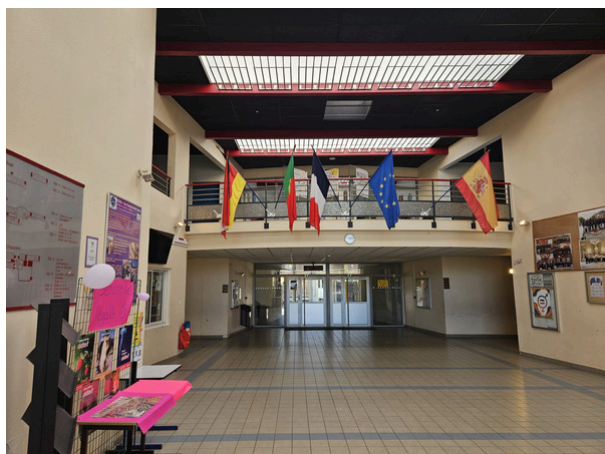
Trocas de experiência sindical, profissional e institucional

Além das observações em sala de aula, vários momentos de troca de experiência foram organizados em torno do programa Erasmus+ e dos projetos educativos em andamento, nomeadamente o dispositivo PEJS (Agrupamento de Jovens Surdos). A delegação reuniu ainda com Jean-Marc Huart, reitor da academia de Bordeaux (equivalente à extinta Direção Regional da Educação). Esta reunião permitiu abordar os grandes desafios da Educação nacional, quer ao nível territorial quer ao nível europeu, destacando a importância do diálogo entre instituições e atores educativos. Todos estes momentos permitiram comparar as práticas educativas francesas e portuguesas, mas também refletir sobre as realidades da profissão docente em cada país, numa perspetiva profissional e sindical.

Descoberta cultural e projetos territoriais

A delegação visitou o património de Bordéus através de uma visita guiada por um colega docente que nos revelou a história da cidade, da Antiguidade ao século XVIII.

Esta parceria do Erasmus+ permitiu fortalecer os laços entre a UNSA Educação e a FNE, num espírito de cooperação, partilha e visão europeia. A importância destas mobilidades para enriquecer as práticas profissionais, promover valores comuns e propor medidas comuns para contruir uma escola do amanhã, numa estratégia sindical europeia comum.





CEDEFOP

European Centre for the Development
of Vocational Training



EVTS

INQUÉRITO EUROPEU AOS
PROFESSORES DE EFP

O Inquérito Europeu aos Professores do Ensino e Formação Profissional 2025-2026

Apoiar os professores nas escolas de EFP



O que é o EVTS?

O Inquérito Europeu aos Professores do Ensino e Formação Profissional (EVTS) é um inquérito social único, realizado pelo Cedefop, o Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional. É o primeiro grande inquérito europeu dedicado a compreender as lacunas de competências, o desenvolvimento profissional e as condições de trabalho dos professores em escolas de ensino e formação profissional inicial (EFPI) em Portugal e na UE.

O EVTS tem como objetivo ajudar os decisores políticos a tomar decisões que possam melhorar o desenvolvimento profissional dos professores de EFPI e prepará-los melhor para lidar com os grandes desafios socioeconómicos, como a transição para a inteligência artificial, as mudanças climáticas ou a mitigação da exclusão social dos alunos.

Quem são os responsáveis pelo EVTS?

O Cedefop apoia a promoção, o desenvolvimento e a implementação da política da União no domínio do Ensino e formação profissional (EFP), bem como das competências e qualificações. Os resultados do inquérito irão reforçar o compromisso da UE com o desenvolvimento de uma força de trabalho docente de elevada qualidade na Europa, capaz de preparar os alunos para transições inclusivas, digitais e ecológicas.

O inquérito é realizado com o apoio da Verian (Verian Group Belgium SA). A Verian é uma agência de investigação independente que respeita os mais elevados padrões éticos e códigos de conduta profissional, incluindo a World Association for Public Opinion Research (WAPOR) e a European Society for Opinion and Marketing Research (ESOMAR).

Quem vai ser inquirido e quando?

O inquérito será respondido por aproximadamente 13 200 professores selecionados aleatoriamente em escolas de EFPI de 22 países europeus. Realizar-se-á entre novembro de 2025 e setembro de 2026.

O EVTS pode ser preenchido pelos professores selecionados que lecionam disciplinas de formação profissional ou educação geral em escolas de EFPI.

Porquê participar?

O EVTS ajudará a compreender como os professores de EFPI podem continuar a desenvolver-se profissionalmente e como melhorar as suas condições de trabalho em geral. Ao recolher dados detalhados e comparáveis em toda a União Europeia, o inquérito tem como objetivo moldar políticas mais eficazes a nível nacional e da UE. Estas políticas ajudarão os professores de EFPI a aceder a atividades de desenvolvimento profissional impactantes, a combater a escassez de professores e a tornar o ensino em EFP uma profissão mais atraente.

Porque é que a minha escola foi selecionada para participar?

A sua escola foi selecionada aleatoriamente através de um rigoroso processo científico, tornando este inquérito representativo das experiências e opiniões dos professores de EFPI em Portugal e em toda a Europa.



O que é pedido à escola e aos professores?

Os professores serão convidados a responder a um questionário online que demora aproximadamente 30 minutos a ser preenchido. O inquérito abrangerá as seguintes áreas:

- › Como é que os professores de EFPI em toda a Europa tentam melhorar as suas competências e desenvolver-se profissionalmente?
- › Que atividades de desenvolvimento profissional podem atualizar as competências dos professores de forma mais eficaz?
- › Quais são as lacunas de competências dos professores de EFPI, com foco na utilização de novas tecnologias digitais e verdes e na gestão de salas de aula inclusivas?
- › Os professores de EFPI estão satisfeitos com a sua escola, o seu trabalho e as condições de trabalho?
- › Ensinar numa escola de EFPI é uma profissão atraente e os professores de EFPI são adequadamente apoiados nas suas carreiras?

O apoio da escola é crucial para garantir que os professores têm o tempo e o incentivo necessários para participar no EVTS.



Como é que o inquérito será levado a cabo?

Este inquérito será realizado pela Verian em nome do Cedefop. Solicita-se aos diretores que designem um Coordenador Escolar. Esta função pode ser desempenhada por qualquer membro do pessoal administrativo da escola. O papel do coordenador escolar é apoiar a equipa nacional da Verian na seleção aleatória dos professores que irão participar no inquérito. O coordenador escolar colaborará com a equipa nacional da Verian da seguinte forma:

- › fornecendo uma lista de professores de EFPI;
- › distribuindo os materiais necessários aos professores selecionados; e
- › incentivando a participação dentro do prazo estabelecido.

Em seguida, os professores receberão um e-mail a convidá-los a participar no inquérito, que contém um link para o questionário alojado no site, juntamente com informações de acesso pessoais e exclusivas.

Quando serão publicados os resultados?

Os primeiros resultados serão publicados em 2027 no site do Cedefop. Os resultados de inquéritos anteriores do Cedefop e as publicações relacionadas com o Ensino e a Formação Profissional podem ser encontrados em:

<https://www.cedefop.europa.eu/en/publications-and-reports>



O que ganha com isso?

Além de contribuir para a melhoria contínua do Ensino e formação profissional na Europa, a participação da sua escola no EVTS traz vários benefícios imediatos:

Benefícios da investigação

Os conhecimentos obtidos através deste inquérito serão partilhados com as escolas participantes, oferecendo dados valiosos que podem melhorar os programas de desenvolvimento profissional da sua escola para os professores e as suas estratégias de ensino.

Participar em discussões políticas

Será convidado a participar em eventos online organizados pelo Cedefop, onde serão discutidos os resultados do inquérito. Estes eventos são excelentes oportunidades para interagir com colegas, partilhar boas práticas e contribuir para a conversa contínua sobre tornar o Ensino e formação profissional a primeira escolha para a excelência educativa e o sucesso profissional.

O que acontece com os dados recolhidos?

Toda a informação recolhida através do inquérito será tratada com a máxima confidencialidade. Todos os dados serão anonimizados, garantindo que as respostas individuais não possam ser associadas à sua escola ou aos seus professores. Todos os dados recolhidos serão utilizados exclusivamente para fins de investigação.

Para mais detalhes, por favor visite a nossa [página de proteção de dados](#).

Para mais informações

Para mais informações, visite o site do EVTS em www.evts2025.eu.



A nossa equipa nacional de investigação está pronta para dar apoio e responder a quaisquer questões:

INTERCAMPUS

Contacto: Rita Sousa
rita.sousa@intercampus.pt

Cedefop - Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional

Europa 123, Thessaloniki, Grécia
Tel.: (+30) 2310-490111
www.cedefop.europa.eu/en

 Bélgica	 Itália
 Bulgária	 Letónia
 Croácia	 Lituânia
 Chipre	 Luxemburgo
 Chéquia	 Malta
 Dinamarca	 Polónia
 Estónia	 Portugal
 Finlândia	 Roménia
 Grécia	 Eslováquia
 Hungria	 Eslovénia
 Irlanda	 Suécia

Agradecemos o seu apoio no reforço da capacitação dos professores do ensino e formação profissional!



A indisciplina e a saúde mental dos professores

A indisciplina em contexto escolar é um dos desafios mais persistentes enfrentados pelos professores na atualidade, exercendo uma influência profunda na sua saúde mental. Mais do que episódios pontuais de desobediência, trata-se frequentemente de comportamentos recorrentes que comprometem o ambiente de sala de aula, exigindo dos docentes um esforço contínuo de gestão emocional e disciplinar.

Quando confrontados diariamente com atitudes de desrespeito, interrupções constantes e falta de envolvimento por parte dos alunos, os professores tendem a experienciar níveis elevados de stress. Este estado de alerta permanente pode desencadear sintomas de ansiedade, irritabilidade e cansaço psicológico. A necessidade de manter a autoridade e, simultaneamente, promover um clima positivo de aprendizagem torna-se um equilíbrio difícil de alcançar, aumentando a pressão sobre o docente.

A longo prazo, a exposição contínua à indisciplina pode conduzir ao desenvolvimento de burnout, uma condição cada vez mais comum na profissão docente. Caracterizado pela exaustão emocional, pela sensação de ineficácia e pelo distanciamento afetivo em relação ao trabalho, o burnout afeta não só o desempenho profissional, mas também a vida pessoal do professor. Muitos acabam por sentir uma perda de entusiasmo pela profissão que outrora escolheram como vocação, o que pode levar ao absentismo ou até ao abandono da carreira.

Outro aspeto relevante é o impacto na autoestima e na perceção de competência profissional. Professores que enfrentam turmas indisciplinadas podem questionar a sua capacidade de ensinar e de gerir a sala de aula, especialmente quando não recebem apoio institucional adequado. Esta sensação de desvalorização pode agravar quadros de insegurança e frustração, contribuindo para o desgaste emocional.

Para além disso, a indisciplina prejudica diretamente o processo de ensino-aprendizagem, obrigando o professor a interromper frequentemente a aula para restabelecer a ordem.

Este cenário gera um sentimento de improdutividade e de incapacidade de cumprir os objetivos pedagógicos, aumentando a pressão e o desânimo. A acumulação destes fatores cria um ciclo negativo que afeta tanto o professor como os alunos.

Diante deste contexto, torna-se essencial implementar medidas que promovam o bem-estar dos docentes. A formação em gestão de comportamento, o apoio psicológico e a existência de políticas escolares claras e consistentes são fundamentais para reduzir o impacto da indisciplina. Além disso, o envolvimento das famílias e a promoção de uma cultura de respeito dentro da escola podem contribuir significativamente para a melhoria do ambiente educativo.

Em suma, a indisciplina não afeta apenas o funcionamento da sala de aula, mas tem consequências profundas na saúde mental dos professores. Reconhecer esta realidade e agir de forma preventiva é essencial para valorizar a profissão docente e garantir um sistema educativo mais equilibrado e saudável.



1º de Maio



CENTRO NACIONAL DESPORTIVO DO JAMOR - OEIRAS

KIDS RACE 10H00
+ CORRIDA E
CAMINHADA
1º DE MAIO
10H30

ANIMAÇÃO
CULTURAL

ATIVIDADES DESPORTIVAS
TUNAS ACADÉMICAS
FOLCLORE E BANDAS

INTERVENÇÕES
SINDICAIS
15H00

QUIM
BARREIROS 15H30

EXPOSIÇÃO

ENTREGA DE PRÉMIOS - EDIÇÃO 2026
DO CONCURSO NACIONAL
"ERA UMA VEZ O 1.º DE MAIO"



o 1º Era uma vez...
de maio

VALORIZAR OS TRABALHADORES

CARREIRAS DIGNAS E VALORIZADAS

MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO

INVESTIR NA EDUCAÇÃO



www.fne.pt